



ENTREVISTA WELLINGTON JOSÉ, DEPUTADO ESTADUAL

Projeto de lei quer coibir crimes contra crianças e adolescentes

O deputado estadual Wellington José (PMB) assumiu a cadeira na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) no dia 4 de janeiro deste ano, após renúncia da então deputada Marina Rocha, eleita prefeita de Guapimirim, na Baixada Fluminense. Wellington José está em seu primeiro mandato. Comerciante, morador da Zona Norte do Rio, ele iniciou sua vida político-social em ações voltadas à comunidade carente realizadas em igrejas do bairro e adjacências. Na Alerj, o deputado apresentou recentemente o projeto de lei que cria a Patrulha Protetora dos Direitos da Criança e do Adolescente, com objetivo de evitar crimes contra menores, como no caso do menino Henry Borel, morto aos 4 anos. A polícia concluiu que Henry sofreu sucessivas agressões e indiciou o vereador Dr. Jairinho, padrasto da criança, e Monique Medeiros, mãe de Henry. “Minha ideia é encurtar a distância entre testemunhas e denunciante com o poder público para que haja atuação qualificada antes de desfechos trágicos como os que temos visto”, explicou Wellington José nesta entrevista ao **DIA**.

■ O senhor apresentou um projeto que cria a Patrulha Protetora dos Direitos da Criança e do Adolescente. Qual é a ideia?

● Minha base para formatar o projeto foram os artigos 227 - da Constituição Federal - e 4, 13 e 18 - do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em suma, eles primam pela dignidade dos menores e os defendem contra maus tratos. Minha ideia com esse PL é encurtar a distância entre testemunhas e denunciante com o poder público para que haja atuação qualificada antes de desfechos trágicos como os que temos visto. Ter o projeto discutido e aceito no parlamento na mesma semana que o caso Henry Borel foi concluído pela Polícia Civil, um dia após a data de aniversário da vítima e exatamente no dia que a imprensa noticiou mais um caso de violência de uma mãe contra a sua filha no morro do Urubu, na zona norte do Rio, só me faz acreditar ainda mais na relevância e na urgência da criação dessa patrulha.

■ As patrulhas serão compostas por membros das forças de segurança do estado. Como será a atuação destes agentes?

● Minha proposta é que a 1ª Patrulha Protetora dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do país seja criada no Rio de Janeiro, com a estrutura que já dispomos. Isso demandaria apenas a necessidade de capacitar agentes da nossa Polícia Militar - que hoje já são acionados para atender ocorrências que envolvam maus tratos a menores - fazendo com que eles atuem juntamente com as delegacias especializadas e os conselhos tutelares. Com uma abordagem mais qualificada e contundente, certamente o número de casos dessa natureza diminuirá. Vale lembrar que um recente



Há nítida violação do direito de garantia à dignidade e à segurança das crianças e dos adolescentes ocorrendo”



A existência da Patrulha será um facilitador para encurtar as distâncias entre os delitos e a punição de agressores”



KIKO DUBLE/DIVULGAÇÃO

estudo da Fundação da Infância e Adolescência apontou que em 60% dos casos de agressões a menores, os autores são os seus próprios pais ou os companheiros. Há uma nítida violação do direito de garantia à dignidade e à segurança das crianças e dos adolescentes ocorrendo, sem que política pública alguma esteja sendo eficiente para contê-la. A pandemia também tem sido reveladora, pois os índices de violência doméstica aumentaram, em todos os tipos e níveis. As pessoas parecem que têm a certeza da impunidade - em se tratando tanto daquelas mais favorecidas quanto daquelas que se escondem pelo seu anonimato. Em geral, as crianças dão sinais e não são ouvidas ou vistas. Testemunhas e denunciante em potencial não se encorajam, por motivos mil, e a existência da Patrulha será um facilitador para encurtar as distâncias entre os delitos e a punição de agressores.

■ A morte do pequeno Henry inspirou o senhor a pensar em como evitar novos assassinatos semelhantes. Se a sua patrulha já existisse, como ela poderia coibir tais crimes?

● Imagine que, caso a Patrulha já estivesse em operação, a babá-testemunha do caso poderia tê-la acionado, evitando que mais uma sessão de tortura fosse realizada pelo agressor do pequeno Henry.

Ela poderia denunciar a ocorrência de forma anônima, inclusive, o que teria evitado o pior. O próprio Dr. Jairinho poderia repensar sua abominável ação, caso, logo nas primeiras atrocidades feitas com o menino, uma denúncia tivesse levado a Patrulha à sua porta.

■ Uma das suas atuais preocupações é quanto a retomada dos empregos e a geração de renda no estado. O que se pode fazer imediatamente neste sentido em meio à pandemia?

● De maneira imediata, aposto na importância do projeto do presidente André Ceciliano, o qual tive a honra de ser coautor, que garante o auxílio emergencial aos moradores do estado que não sejam beneficiados com outros programas. O Supera Rio não tem a pretensão de resolver o problema econômico dessas famílias tão impactadas pela pandemia, mas visa dar um fôlego a elas, e também às pequenas empresas, até que a nossa economia se reaqueça. Outros setores que precisam de fomento são os das indústrias Naval e Petróleo e Gás, dada a vocação natural do Rio de Janeiro para esse tipo de negócio e a geração de emprego - e consequentemente, renda - que os mesmos promovem. Outro segmento que pode - e deve - ser impulsionado é o de turismo interno, pois o estado do Rio tem grandes ofertas de



A educação remota é uma realidade e não há como termos retrocesso nessa nova forma de ensinar”

cidades acolhedoras e que podem ser visitadas a um baixo custo por moradores do próprio estado.

■ O senhor é membro da Comissão de Educação da Alerj. Quais os principais gargalos que escolas e profissionais de educação precisam superar agora até atingirmos o pós-pandemia?

● Eu tenho me debruçado muito sobre o tema e creio que a principal barreira a ser vencida no âmbito das escolas públicas pós-Covid-19 é o desafio de adequação a uma nova realidade de ensino que passa pela necessidade de melhoria na sua conectividade. Tenho conversado com especialistas e professores que me sinalizam que a educação remota é uma realidade e que não há como termos retrocesso nessa nova forma de ensinar. Creio que ela veio para somar e ampliar o oferecimento de conteúdo, antes restritamente oferecido apenas nas salas de aulas. Evoluir na forma de oferecer essa conectividade na rede pública é um importante obstáculo a ser vencido, bem como capacitação de professores que passaram a necessitar dos recursos audiovisuais para entrarem nessa “nova era” de disseminação do conhecimento. Nesse âmbito, há de se considerar, ainda mais, o abismo aberto entre os estudantes das redes pública e privada. Diminuir essas diferenças será um desafio a mais!

O DIA Online As mais lidas

Mãe de jovem morto no Jacarezinho diz que está traumatizada.
RIO DE JANEIRO, P. 11

Professor de muay thai morto em Realengo pode ter sido alvo de emboscada.
RIO DE JANEIRO

Thiago Maia participa de treino com jogadores do Flamengo e aumenta expectativa por retorno.
ESPORTE

MAIS FÁCIL DE COMPRAR. MAIS FÁCIL DE ANUNCIAR. MAIS FÁCIL DE VENDER.

CLASSIMAI

LIGUE E ANUNCIE: 2532-5000

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo.

